

Fonte FOLHA DA TARDE Class.: 1994

Data 06/09/67 Pg.: 07

# Intervenção energética para acabar corrupção no SPI

RIO, 6 (ASP) — O ministro do Interior, general Albuquerque Lima, designou uma comissão de sindicância para, em 30 dias, e à base dos indícios e elementos probatórios colhidos, fazer uma intervenção energética no Serviço de Proteção aos Índios, determinar a prisão administrativa dos funcionários implicados em atos irregulares, restaurar a autoridade daquele órgão e punir com demissão sumária os responsáveis por prejuízos acarretados à administração pública.

Ao mesmo tempo, o ministro Albuquerque Lima proibiu ao SPI qualquer transação que envolva a aquisição ou alienação de material ou bens, inclusive a venda de madeira, mate, castanha do

pará, e principalmente gado e minérios, assim como o arrendamento de pastagens. Determinou, ainda, que sejam colocados em segurança todos os papéis do arquivo da repartição e levantados

os débitos assumidos e possíveis créditos.

## DILAPIDAÇÃO

O ministro está certo de que houve dissipação de bens patrimoniais, numa escala estonteadora, e que estariam implicados nessas irregularidades todos os elementos da chefia do SPI. O gabinete do ministro do Interior informou que o general Lima tomou medidas para intervenção energética e rápida através do procurador Jader Figueiredo Correia, que presidiu, recentemente, a comissão de inquérito administrativo no SPI, logo após o incêndio que destruiu as instalações do serviço, no edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília.

É do próprio ministro Albuquerque Lima a informação de que, ultimamente, os índios, em número crescente, chegam a Brasília procurando assistência, uma

vez que nos postos do SPI a miséria e desemprego são totais. O Ministério já pode comprovar a alienação irregular de bens patrimoniais, descumprimento de recursos, emprego irregular de verbas, favoritismo no arrendamento de terras e pastagens, desídia e incúria administrativa, omissão, deterioração da autoridade e falta de disciplina.

## TRANSFORMAÇÃO

A assessoria-jurídica do Ministério já está elaborando um projeto para transformação do SPI em Conselho de Proteção aos Índios e do Parque Nacional do Xingu em uma fundação, que reformulará todas as atividades, tendo em vista a "missão de alto sentido humano e social". O ministro Albuquerque Lima solicitou ao ministro da Fazenda a liberação de recursos para o SPI, que ainda não recebeu número do corrente exercício.

ALBUQUERQUE  
LIMA

